



IGEPP

Instituto de Gestão
Economia e Políticas Públicas

POLÍTICAS PÚBLICAS

Aula 02

Prof.^a Dr.^a Maria das Graças Rua



O processo de elaboração de políticas públicas no Estado capitalista moderno

As políticas públicas são elaboradas no ambiente de uma “*polity*”: a sociedade política ou ordenamento jurídico que rege o sistema político como um todo. E envolvem instituições especificamente relacionadas à concepção, decisões e implementação das políticas públicas.

Ou seja: as políticas públicas são elaboradas mediante processos que têm lugar no Estado capitalista moderno.

O que significa isso em termos da pergunta clássica das políticas públicas: quem ganha o que, quando e por quê?

Questão central à análise das políticas públicas → a relação entre as decisões tomadas, a estrutura institucional que as origina, molda e sustenta e a distribuição de poder na sociedade → a elaboração das políticas públicas não ocorre em um vácuo institucional, mas tem o Estado e a sociedade como seus pilares.

Como se caracterizam as relações entre o Estado e a sociedade, no capitalismo?

**Merilee GRINDLE
e John THOMAS
(1991)**

→ Sumarizaram o debate da Ciência Política sobre o papel dos grupos de interesses nas políticas públicas e as relações entre a sociedade e o Estado capitalista moderno. Esses autores dividem os modelos conforme os grupos de interesses sejam vistos como:

- (a) **centrados na sociedade;**
- (b) **centrados no Estado.**

Modelos Centrados na Sociedade

O marxismo e o pluralismo, apesar da sua estrutura teórica e da sua posição ideológica serem opostas, compartilham o pressuposto de que a ação do Estado é sempre resposta a estímulos vindos da sociedade, à qual caberia o status de elemento dinâmico na relação Estado-sociedade.

1 - MARXISMO

O processo de elaboração das políticas públicas seria influenciado pelos interesses e pelo conflito de classes e os interesses da classe dominante prevaleceriam sobre os demais.

O Estado capitalista, em si mesmo, pode ser visto de **duas maneiras**:

- a) Como mero “comitê executivo” dos negócios comuns a toda a burguesia, um instrumento a seu serviço.
- b) Num ambiente de fragmentação da classe dominante, é concebido como dotado de uma “autonomia relativa”, sendo capaz de contrariar os interesses imediatos da burguesia. Porém, os limites dessa autonomia são dados, em “última instância” pelos interesses do capital e do capitalismo.

2 - PLURALISMO

O papel do Estado seria assegurar o espaço para a expressão dos interesses da sociedade e permitir que eles dessem forma à política pública. A luta política teria como objeto questões diversas – como morais, religiosas, étnicas, de gênero e não somente interesses econômicos –, mas todas elas se originam na sociedade.

O pluralismo enfatiza as restrições impostas ao Estado por um amplo espectro de grupos, diante dos quais ele assumiria um papel de neutralidade, a fim de promover a conciliação dos diversos interesses da sociedade, segundo uma lógica de competição política similar à lógica do mercado.

Modelos centrados na sociedade são criticados, porque não mostram qual a influência dos políticos e dos burocratas na elaboração das políticas públicas.

Modelos Centrados no Estado

O Estado é mais que um instrumento da classe dominante e também é mais que uma arena para o conflito entre grupos de interesse: ele é um poderoso ator que luta pelo seu próprio interesse.

1- Modelo da “Política Burocrática” ou dos “Interesses Burocráticos”

Tem como foco o conflito e a negociação entre os atores dentro da máquina do Estado, direcionado pelos interesses de carreira dos burocratas; por duras lutas entre ministros que tentam manter seu controle sobre arenas de políticas públicas; e por enfrentamentos entre a burocracia e os políticos do Executivo. Esses atores lutam por suas preferências usando seus recursos de poder (hierarquia, informação, acesso a posições decisórias, etc.) para atingir seus objetivos.

2 - Modelo dos “Interesses do Estado”

Focaliza o interesse específico das autoridades do Estado em certos resultados na elaboração das políticas públicas, considerados essenciais para sua permanência no poder e para a manutenção da sua hegemonia frente aos atores sociais.

Final da década de 1970 → a abordagem centrada no Estado apresentou vantagens perante o modelo centrado na sociedade:

- a) por mostrar o papel de políticos e burocratas na elaboração das políticas públicas; e
- b) por abrigar tanto as abordagens que focalizavam as elites organizacionais intra-Estado, como os arranjos que articulavam a ação autônoma dos atores estatais e dos que tinham suas bases de poder na sociedade.

Essa abordagem permitiu explorar estruturas como as comunidades de políticas públicas (*policy communities*) e as redes de políticas públicas (*policy networks*), e também os arranjos entre o Estado e as elites empresariais e sindicais característicos do neo-corporativismo.



IGEPP

Instituto de Gestão
Economia e Políticas Públicas
